



CONTROLADORIA-GERAL DA UNIÃO

ATA 2021

17ª REUNIÃO DA COMISSÃO DE COORDENAÇÃO DE CONTROLE INTERNO - CCCI

Data: 25 de maio de 2021

Horário: 15h às 17h

Local: Reunião remota por meio do aplicativo Microsoft Teams

1 - Membros da CCCI (Art 2º, da Portaria nº 1.028/2015):

Membro Titular	Instituição	Cargo
Wagner de Campos Rosário	Controladoria-Geral da União	Ministro de Estado
José Marcelo Castro de Carvalho	Controladoria-Geral da União	Secretário Executivo
Antônio Carlos Bezerra Leonel	Controladoria-Geral da União	Secretário Federal de Controle Interno
Felipe Dantas de Araújo	Controladoria-Geral da União	Chefe da Consultoria Jurídica
Paulo Ricardo Grazziotin Gomes	Secretaria de Controle Interno do Ministério da Defesa – Ciset/MD	Secretário de Controle Interno do Ministério da Defesa – Ciset/MD
Wagner Alessandro Ferreira	Ministério da Infraestrutura	AECI
Tiago Hideki Niwa	Universidade Tecnológica Federal do Paraná - UTFPR	Chefe da Unidade de Auditoria Interna
Marco Antônio Varela	Caixa Econômica Federal	Chefe de Auditoria Interna

Registra-se a presença ao longo da reunião de seis membros da Comissão, estando ausentes o Ministro da CGU e o Chefe da Consultoria Jurídica, que enviou o representante, Antônio David Guerra.

Destaca-se também a presença do Coordenador-Geral de Planejamento, Avaliação e Monitoramento, Tiago Chaves de Oliveira; do Coordenador-Geral de Métodos, Capacitação e Qualidade, Sérgio Figueiras de Paula; da Assessora Técnica do Gabinete da Secretaria Federal de Controle Interno Diana Coelho de Lima; da Assessora Técnica do Gabinete da Secretaria Federal de Controle Interno Danusa da Matta Duarte Fattori; e da Chefe de Gabinete da Secretaria Federal de Controle Interno, Roberta Nogueira Rechia.

2 - Abertura e pauta

Após a verificação do quórum, o Secretário Executivo procedeu à abertura da reunião com considerações iniciais. Posteriormente o Secretário Federal de Controle Interno procedeu à abertura da reunião com considerações iniciais e iniciou a reunião.

Para a reunião, apresentou-se a seguinte pauta:

1. Discussão e votação da Ata da 16ª Reunião da CCCI, ocorrida em 23 de fevereiro de 2021.
2. Retomada do tema “Alteração da designação dos órgãos setoriais do Sistema de Controle Interno e dos Centros de Controle Interno das Forças Armadas, a fim de adequar essa nomenclatura às atividades de Auditoria Interna Governamental exercidas, efetivamente, por esses órgãos” abordado no 16ª Reunião da CCCI, pelo Secretário de Controle Interno – Ciset/MD, Paulo Grazziotin.

Após análise da Consultoria Jurídica da CGU, foi expedido o PARECER n. 00081/2021/CONJUR-CGU/CGU/AGU, o qual avalia a viabilidade de deliberação, com efeito vinculante para o Sistema de Controle Interno federal, da Comissão de Coordenação de Controle Interno - CCCI - sobre a modificação da nomenclatura de órgãos, prevista em normas legais e infralegais.

1. Apresentação do infográfico “Jornada do Auditor Interno Governamental”.

Palestrante: Tiago Chaves, Coordenador-Geral de Planejamento, Avaliação e Monitoramento – CGPLAM/SFC/CGU

4. Apresentação de pesquisa com o objetivo de obter a percepção dos dirigentes das Unidades de Auditoria Interna Governamental (UAIG) acerca da atuação da CGU na supervisão técnica da atividade de auditoria interna do Poder Executivo Federal no exercício de 2020.

Palestrante: Sérgio Filgueiras de Paula, Coordenador-Geral de Métodos, Capacitação e Qualidade – CGMEQ/SFC/CGU

3 - Reunião

1º item: Discussão e votação da Ata da 16ª Reunião da CCCI, ocorrida em 23 de fevereiro de 2021

Apresentada a Ata da 16ª Reunião da CCCI, após realizadas as alterações sugeridas pelos membros Marco Antonio Varela e Wagner Alessandro Ferreira, a mesma foi votada e aprovada.

Encaminhamento: publicização da Ata da 16ª Reunião da CCCI no site da CGU

(<https://www.gov.br/cgu/pt-br/assuntos/auditoria-e-fiscalizacao/comissao-de-coordenacao-de-controle-interno-ccci/documentos-de-reunioes>)

2º item: Retomada do tema “Alteração da designação dos órgãos setoriais do Sistema de Controle Interno e dos Centros de Controle Interno das Forças Armadas, a fim de adequar essa nomenclatura às atividades de Auditoria Interna Governamental exercidas, efetivamente, por esses órgãos”

O Secretário de Controle Interno do Ministério da Defesa (Ciset/MD), Paulo Grazziotin, apresentou, na 16ª Reunião da CCCI, proposta de alteração do nome dos Órgãos Setoriais do Sistema de Controle Interno – SCI de Controle Interno e das Unidades Setoriais do Sistema de Controle Interno das Forças Armadas, a fim de adequar a nomenclatura às atividades de Auditoria Interna Governamental exercidas por esses órgãos.

Sobre a proposta de Deliberação apresentada, após ponderação do Secretário Leonel, o assunto foi avaliado pela Consultoria Jurídica da CGU, tendo sido expedido o PARECER n. 00081/2021/CONJUR-CGU/CGU/AGU, o qual avalia a viabilidade de deliberação, com efeito vinculante para o Sistema de Controle Interno federal, da Comissão de Coordenação de Controle Interno - CCCI - sobre a modificação da nomenclatura de órgãos, prevista em normas legais e infralegais.

Ao retomar o debate, o representante da Consultoria Jurídica da CGU, Antônio David Guerra, esclareceu que poderia haver alguma inconsistência na deliberação proposta, considerando seu caráter vinculante aos órgãos de controle interno, por depender de modificação de normas fora da alçada da CGU. Ressaltou ainda que as nomenclaturas “controle interno” estão previstas em decretos e em leis, dependendo além do poder executivo, do poder legislativo, para sua alteração.

Considerando que o PARECER n. 00081/2021/CONJUR-CGU/CGU/AGU cita algumas das normas que necessitariam de alteração, sem ser exaustivo, foi sugerido, pelo membro da CCCI Marco Varela, realização de estudo das normas que precisam ser modificadas.

O Secretário Leonel ainda sugeriu uma consulta às CISETs sobre a alteração em questão, adequação da nomenclatura de “controle interno” para “auditoria interna”.

3º item: Apresentação do infográfico “Jornada do Auditor Interno Governamental”.

O Coordenador Tiago Chaves informou que a Secretaria Federal de Controle Interno (SFC) lançou, em março de 2021, o infográfico Jornada do Auditor Interno Governamental (disponível em <https://www.gov.br/cgu/pt-br/assuntos/noticias/2021/03/sfc-lanca-o-infografico-jornada-do-auditor-interno-governamental>). O artefato apresenta, de forma didática e objetiva, os principais marcos da atividade de auditoria interna, desde o planejamento anual até a execução dos trabalhos de auditoria com base em riscos, rumo à adição de valor e ao aprimoramento da gestão.

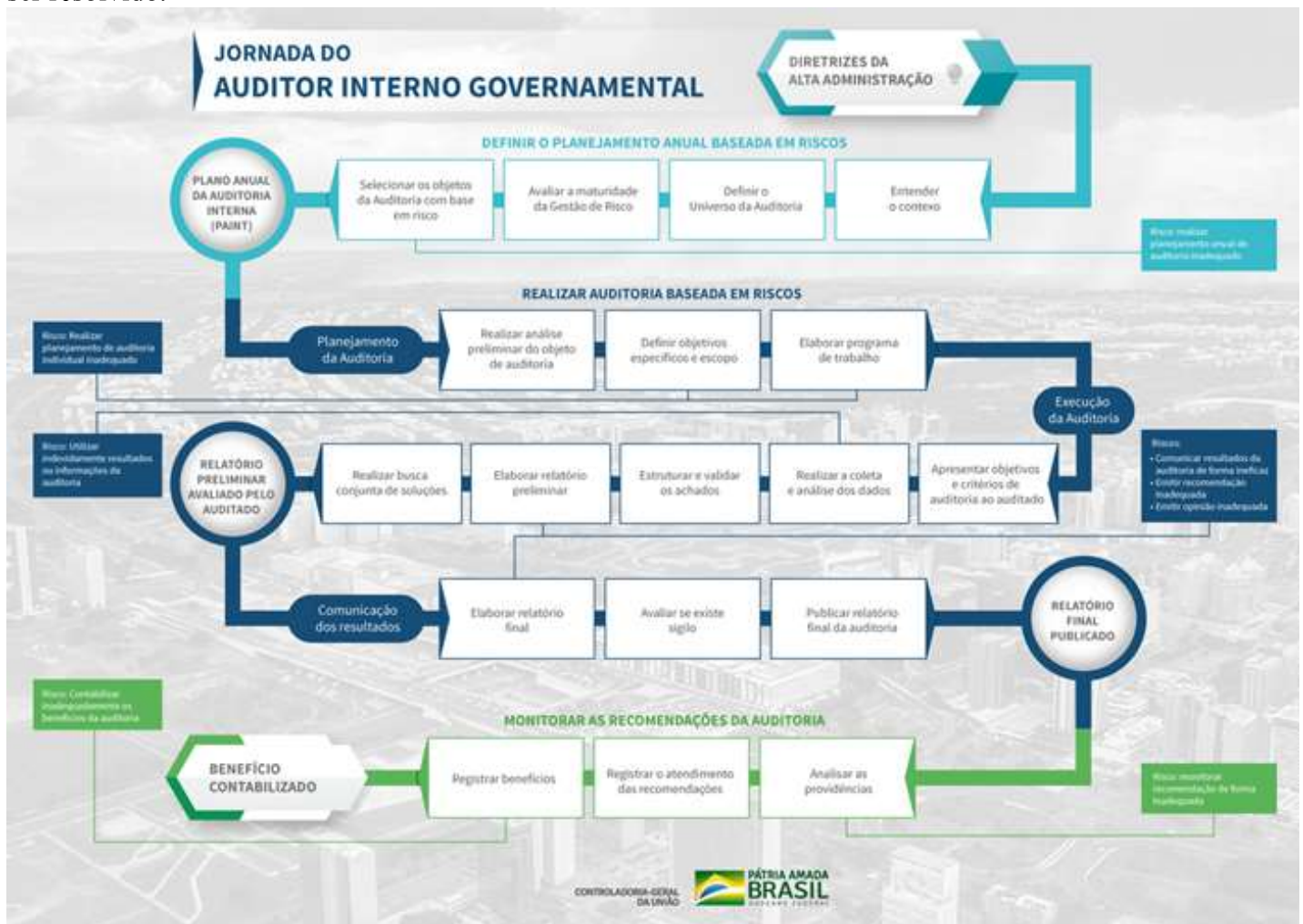
A Jornada e o mapeamento do processo foram construídos com base no Referencial Técnico e do Manual de Orientações Técnicas da atividade de Auditoria Interna Governamental, aprovados, respectivamente, pelas IN SFC nº 3/2017 e 8/2017. Os normativos promoveram o alinhamento das normas nacionais de auditoria interna governamental à Estrutura Internacional de Práticas Profissionais, do Instituto dos Auditores Internos.

Segundo a IN SFC nº 3/2017, a atividade de auditoria interna governamental é definida como uma atividade independente e objetiva de avaliação e de consultoria, desenhada para adicionar valor e melhorar as operações das organizações auditadas, auxiliando-as a realizarem seus objetivos, a partir da aplicação de uma abordagem sistemática e disciplinada para avaliar e melhorar a eficácia dos processos de governança, de gerenciamento de riscos e de controles internos.

O infográfico fornece relevante apoio para: 1. realização dos objetivos das organizações auditadas, como fruto de um processo de auditoria baseado em riscos e alinhado com os objetivos e expectativas da gestão; e 2. abordagem sistemática e disciplinada, mediante a realização do processo de auditoria em conformidade com as normas aplicáveis.

Além das principais fases do processo de auditoria, o infográfico apresenta os produtos emitidos e os riscos-chave envolvidos no processo, chamando a atenção do auditor para a adoção das medidas de controle interno preconizadas no processo.

De acordo com o Coordenador-geral de Planejamento, Avaliação e Monitoramento da SFC, Tiago Chaves, o nome Jornada do Auditor Interno Governamental foi inspirado na ferramenta Jornada do Cliente, usada em processos de inovação para "empatizar" com a experiência do cliente ou de quem tem um problema a ser resolvido.



O Coordenador Tiago informou a futura disponibilização, no site da CGU, dos arquivos editáveis da jornada. Tais arquivos estão disponíveis no link <https://www.gov.br/cgu/pt-br/assuntos/auditoria-e-fiscalizacao/processo-gerenciar-auditorias-governamentais>.

4º item: Apresentação de pesquisa com o objetivo de obter a percepção dos dirigentes das Unidades de Auditoria Interna Governamental (UAIG) acerca da atuação da CGU na supervisão técnica da atividade de auditoria interna do Poder Executivo Federal no exercício de 2020.

O Coordenador-Geral de Métodos, Capacitação e Qualidade, Sérgio Filgueiras de Paula, informou sobre o resultado da pesquisa realizada com objetivo fortalecer o processo de supervisão técnica das auditorias internas. A supervisão técnica é uma das atribuições da CGU, como Órgão Central do Sistema de Controle Interno do Poder Executivo Federal (Art. 8º do Decreto 3591/2000).

Foi destacado que o universo de auditorias internas é de 221 e que a pesquisa foi encaminhada a todas as unidades pelo sistema e-Aud. Desse total, houve resposta de 160 UAIG.

Os resultados foram apresentados, conforme quadro abaixo:

Pergunta	Resultados (%)			
	Sim	Não	Sem Opinião	Sem Resposta
1 - A normatização expedida pela CGU sobre a atividade de auditoria interna governamental contribui para a melhoria dos trabalhos desenvolvidos pela UAIG	71,04	0,90	0,45	27,60
2 - O apoio fornecido pela CGU quanto à estruturação e implementação do Programa de Gestão e Melhoria da Qualidade (PGMQ) da UAIG é adequado	49,32	17,65	5,43	27,60
3 - A CGU apresenta contribuições significativas para a elaboração do PAINT	57,01	14,48	0,90	27,60
4 - As capacitações promovidas pela CGU contribuem para o aperfeiçoamento técnico dos auditores internos lotados na UAIG	63,80	8,14	0,45	27,60
5 - A supervisão técnica exercida pela CGU agrega valor à atividade de auditoria interna realizada pela UAIG	61,09	10,41	0,90	27,60

O apresentador destacou que o cerne da supervisão técnica são as contribuições ao PAINT, havendo um espaço de melhoria. Outro ponto destacado é a oportunidade de avançar no apoio oferecido pela CGU à UAIG quanto à estruturação e implementação do Programa de Gestão e Melhoria da Qualidade (PGMQ).

Informes Gerais

Após o cumprimento da pauta, foram realizados os seguintes informes sobre o andamento das Análises de Impacto Regulatório - AIR, no âmbito da CGU:

- Sobre a regulamentação do artigo 15 do Decreto nº 3.591/2000, que trata do Parecer do Auditor Interno sobre as prestações de contas, após consulta pública concluída com mais de 70 contribuições, a decisão foi pela regulamentação do Parecer acarretando na alteração do IN nº 09/2018;
- O AIR do Termo de Ajustamento de Gestão - TAG está na fase de elaboração do Relatório.

Por fim, o Secretário Federal de Controle Interno, Antônio Leonel, encerrou a reunião agradecendo a disponibilidade de todos.